

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Dezembro/2022



Concurso Público para o Provimento de Cargos de Técnico Judiciário Área Administrativa – Especialidade Agente da Polícia Judicial

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'R18', Tipo 004

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-004

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Acredite, existem pessoas que não procuram beleza, mas sim coração.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a sua Prova Discursiva-Redação a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Leia o trecho da crônica "Retrato de velho", de Carlos Drummond de Andrade, para responder às questões de 1 a 10.

[1] *Aos 85 anos, goza de saúde brônzea e quer trabalhar, mas trabalho que dê dinheiro, não essa milonga de mover os braços por desfastio. Deseja manter-se independente, estão ouvindo? O diabo é que não arranja serviço, e tem de viver em casa dos filhos – três, em três lugares distintos. No sítio de Mangaratiba, o genro entra em pânico à sua chegada: o velho está sempre bulindo nas plantas, dando ordens, contrariando instruções do dono.*

A filha de Niterói, ciente das complicações, adverte-o:

– Por que o senhor não vai plantar em terreno ainda não cultivado? O sítio lá tem cinco alqueires, pois então escolha o mais distante e faça a sua horta nele.

– Planto onde eu quiser. Não faltava mais nada! Um homem como eu, já idoso...

[5] *E cisma de ganhar dinheiro na cidade, podando árvore de rua.*

– Arranjo uma tesoura grande e saio por aí caçando serviço. Estou novo ainda, sabe? E a prefeitura está carecendo de gente disposta.

Não arranja nada, e a prefeitura não lhe sente a falta. Vai para Vitória, em casa do terceiro filho, e pensa em adquirir um reboło para amolar facas, com que atenda às necessidades do bairro. Ponderam-lhe:

– Eu, se fosse o senhor, fazia um orquidário. É tão lindo, distrai tanto. E depois, há espécies fabulosas, que rendem um colosso.

– É? Leva vinte anos para dar uma parasita que preste, não tenho lucro nenhum. Ora-e-essa!

[10] *Tem horror a criança. Solenemente, faz queixa do bisneto, que lhe sumiu com a palha de cigarro, para vingar-se de seus ralhõs intempestivos. Menino é bicho ruim, comenta. Ao chegar a avó, era terno e até meloso, mas a idade o torna coriáceo.*

No trocar de roupa, atira ao chão as peças usadas. Alguém as recolhe à cesta, para lavar. Ele suspeita que pretendem subtraí-las, vai à cesta, vasculha, retira o que é seu, lava-o, passa-o. Mal, naturalmente.

– Da próxima vez que ele vier, diz a nora, terei de fechar o registro para evitar que desperdice água.

Espanta-se com os direitos concedidos às empregadas. Onde se viu? Isso aqui é o paraíso das criadas. A patroa acorda cedo, para despertar a cozinheira. Ele se levanta mais cedo ainda, e vai acordar a dona da casa:

– Acorda, sua mandriona, o dia já clareou!

[15] *As empregadas reagem contra a tirania, despedem-se. E sem empregadas, sua presença ainda é mais terrível.*

As netas adolescentes recebem amigos. Um deles, o pintor, foi acometido por um mal súbito e teve de deitar-se na cama de uma das garotas. Indignação: Que pouca-vergonha é essa? Esse bandalho aí, conspurcando o leito de uma virgem? Ou quem sabe se nem é mais virgem?

– Vovô, o senhor é um monstro!

E é um custo impedir que ele escaramuce o doente para fora de casa.

– A senhora deixa suas filhas irem ao baile sozinhas com rapazes? Diga, a senhora deixa?

[20] *– Não vão sozinhas, vão com os rapazes.*

– Pior ainda! Muito pior! A obrigação dos pais é acompanhar as filhas a tudo quanto é festa.

– Papai, a gente nem pode entrar lá com as meninas. É coisa de brotos.

– É, não é? Pois me dá depressa o chapéu para eu ir lá dizer poucas e boas!

Não se sabe o que fazer dele. Que fim se pode dar a velhos implicantes? O jeito é guardá-lo por três meses e deixá-lo ir para outra casa, brigado. Mais três meses, e nova mudança nas mesmas condições. O velho é duro:

[25] *– Vocês me deixam esbodegado, vocês são insuportáveis! – queixa-se ao sair. Mas volta.*

– Descobri que paciência é uma forma de amor – diz-me uma das filhas, sorrindo.

(Adaptado de: ANDRADE, Carlos Drummond de. **A bolsa e a vida**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012)

1. O cronista manifesta-se explicitamente no próprio texto no seguinte trecho:

(A) *E é um custo impedir que ele escaramuce o doente para fora de casa.* (18º parágrafo).

(B) *– Descobri que paciência é uma forma de amor – diz-me uma das filhas, sorrindo.* (26º parágrafo).

(C) *– Vocês me deixam esbodegado, vocês são insuportáveis! – queixa-se ao sair.* (25º parágrafo).

(D) *E cisma de ganhar dinheiro na cidade, podando árvore de rua.* (5º parágrafo).

(E) *Solenemente, faz queixa do bisneto, que lhe sumiu com a palha de cigarro, para vingar-se de seus ralhõs intempestivos.* (10º parágrafo).

2. A voz de um personagem mescla-se à voz do cronista, configurando o chamado discurso indireto livre, no seguinte trecho:

(A) *– Da próxima vez que ele vier, diz a nora, terei de fechar o registro para evitar que desperdice água.* (12º parágrafo)

(B) *– Vocês me deixam esbodegado, vocês são insuportáveis! – queixa-se ao sair.* (25º parágrafo)

(C) *Por que o senhor não vai plantar em terreno ainda não cultivado?* (3º parágrafo)

(D) *Deseja manter-se independente, estão ouvindo?* (1º parágrafo)

(E) *Menino é bicho ruim, comenta.* (10º parágrafo)



3. Em relação à oração centrada no verbo em negrito, exerce a função sintática de sujeito a expressão sublinhada em:
- (A) – **Acorda**, sua mandriona, o dia já clareou! (14º parágrafo)
- (B) **E é um custo** impedir que ele escaramuce o doente para fora de casa. (18º parágrafo)
- (C) – **Descobri** que paciência é uma forma de amor – diz-me uma das filhas, sorrindo. (26º parágrafo)
- (D) **E depois**, há espécies fabulosas, que rendem um colosso. (8º parágrafo)
- (E) **Tem horror** a criança. (10º parágrafo)
-
4. Em o velho está sempre bulindo nas plantas, dando ordens, contrariando instruções do dono. (1º parágrafo), o verbo sublinhado está empregado na acepção de
- (A) “pôr as mãos em, pegar, mexer em”, como em “Não vá bulir na tomada!”
- (B) “despertar apreensão, inquietação”, como em “O estranho comportamento dela buliu com o rapaz”.
- (C) “fazer caçoada, zombaria de”, como em “A criança vive bulindo com a vizinha antipática”.
- (D) “provocar sentimento, emoção em”, como em “Essas cenas trágicas bolem com a gente”.
- (E) “mencionar, referir-se a, abordar”, como em “É melhor não bulir nesse assunto!”
-
5. Retoma um termo mencionado anteriormente no texto a palavra sublinhada em:
- (A) – Vovô, o senhor é um monstro! (17º parágrafo).
- (B) Que fim se pode dar a velhos implicantes? (24º parágrafo).
- (C) Ao chegar a avô, era terno e até meloso, mas a idade o torna coriáceo. (10º parágrafo).
- (D) A obrigação dos pais é acompanhar as filhas a tudo quanto é festa. (21º parágrafo).
- (E) Um deles, o pintor, foi acometido por um mal súbito e teve de deitar-se na cama de uma das garotas. (16º parágrafo).
-
6. Em terei de fechar o registro para evitar que desperdice água (12º parágrafo), o termo sublinhado introduz uma oração que expressa ideia de
- (A) condição.
- (B) proporção.
- (C) consequência.
- (D) finalidade.
- (E) causa.
-
7. Verifica-se o emprego de vírgula(s) para isolar um vocativo em:
- (A) *Um deles, o pintor, foi acometido por um mal súbito* (16º parágrafo).
- (B) – *Eu, se fosse o senhor, fazia um orquidário*. (8º parágrafo).
- (C) *Menino é bicho ruim, comenta*. (10º parágrafo).
- (D) *A filha de Niterói, ciente das complicações, averte-o*: (2º parágrafo).
- (E) – *Vovô, o senhor é um monstro!* (17º parágrafo).
-
8. Um novo vocábulo pode ser formado quando passa de uma classe gramatical a outra, sem a modificação de sua forma. É o que se denomina derivação imprópria. Constitui exemplo de derivação imprópria o termo sublinhado em:
- (A) *No trocar de roupa, atira ao chão as peças usadas*. (11º parágrafo).
- (B) *A patroa acorda cedo, para despertar a cozinheira*. (13º parágrafo).
- (C) *Leva vinte anos para dar uma parasita que preste, não tenho lucro nenhum*. (9º parágrafo).
- (D) *Por que o senhor não vai plantar em terreno ainda não cultivado?* (3º parágrafo).
- (E) *E cisma de ganhar dinheiro na cidade, podando árvore de rua*. (5º parágrafo).
-
9. *Um deles, o pintor, foi acometido por um mal súbito* (16º parágrafo).
Ao se transpor o trecho acima para a voz ativa, a forma verbal resultante será:
- (A) *acomettesse*.
- (B) *acometeria*.
- (C) *acometera*.
- (D) *acometia*.
- (E) *acometeu*.
-
10. O pronome sublinhado tem valor possessivo em:
- (A) *diz-me uma das filhas, sorrindo* (26º parágrafo).
- (B) *Vocês me deixam esbodegado* (25º parágrafo).
- (C) *a prefeitura não lhe sente a falta*. (7º parágrafo).
- (D) *Ponderam-lhe*: (7º parágrafo).
- (E) *Espanta-se com os direitos concedidos às empregadas* (13º parágrafo).

**Raciocínio Lógico-Matemático**

11. Dois ciclistas partem de um mesmo ponto para percorrer o mesmo circuito. O primeiro ciclista completa uma volta do circuito em 5 minutos e o segundo, em 6 minutos. Se eles derem voltas no circuito durante 1 hora e meia, passarão pelo ponto de partida ao mesmo tempo somente
- (A) quatro vezes.
(B) cinco vezes.
(C) uma vez.
(D) duas vezes.
(E) três vezes.
-
12. Numa prova com dez questões, a pontuação na correção de cada questão pode variar entre 0 e 10 pontos. A média dos pontos obtidos por um estudante nas 6 primeiras questões é 6,5. A pontuação média nas quatro últimas questões para que ele atinja um total de 71 pontos na prova deverá ser:
- (A) 8,5
(B) 9
(C) 7
(D) 7,5
(E) 8
-
13. Uma pesquisa em um grupo de 25 estudantes constatou que 15 deles gostam de assistir jogos de futebol pela televisão, 12 gostam de assistir jogos de tênis e 10 gostam de assistir jogos de futebol e de tênis. O número de alunos dessa classe que não gostam de assistir jogos de futebol ou tênis é:
- (A) 8
(B) 10
(C) 5
(D) 6
(E) 7
-
14. Um grupo de 6 pessoas, em que todas trabalham no mesmo ritmo, realiza uma certa tarefa em cinco dias se cada uma delas trabalhar 2 horas por dia. Para fazer a mesma tarefa, duas dessas pessoas trabalharam inicialmente 4 horas por dia durante cinco dias, e nesse momento, uma delas desistiu. A outra, mantendo a mesma carga de trabalho de 4 horas por dia, deverá terminar a tarefa em:
- (A) 7 dias.
(B) 8 dias.
(C) 4 dias.
(D) 5 dias.
(E) 6 dias.
-
15. Ana e Marcos têm uma despesa mensal de R\$ 2.000,00 cada um e o salário de Ana é $\frac{5}{6}$ do salário de Marcos. Ana economiza mensalmente 80% do que Marcos consegue economizar. O salário de Marcos, em reais, é:
- (A) 10.500,00
(B) 12.000,00
(C) 5.200,00
(D) 7.400,00
(E) 9.300,00

**Legislação**

16. Nos termos do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, NÃO é considerado cargo de direção do Tribunal a
- (A) Corregedoria Regional.
 - (B) Vice-Corregedoria Regional.
 - (C) Presidência.
 - (D) Vice-Presidência Regional.
 - (E) Vice-Presidência.
-
17. Ao dispor sobre o regime disciplinar do servidor público, a Lei nº 8.112/1990 prevê que
- (A) o prazo de prescrição começa a fluir da data em que o servidor cometeu a infração passível de penalidade disciplinar.
 - (B) o servidor público será apenado com demissão na hipótese de incontinência e conduta escandalosa, na repartição.
 - (C) a censura é uma das penalidades disciplinares que podem ser aplicadas ao servidor.
 - (D) o servidor será apenado com suspensão, caso faça uso de pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares.
 - (E) as sanções civis, penais e administrativas não poderão cumular-se, pois é vedada a imposição de mais de uma penalidade a um único fato infracional.
-
18. Constitui ato de improbidade administrativa, à luz da legislação pertinente (Lei nº 8.429/1992 e suas alterações),
- (A) permitir, facilitar ou concorrer, ainda que sem intenção, para que terceiro se enriqueça ilícitamente.
 - (B) ordenar ou permitir, ainda que sem intenção, a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento.
 - (C) agir de modo negligente na arrecadação de tributo ou de renda.
 - (D) causar lesão ao erário por meio de conduta comissiva ou omissiva, dolosa ou culposa.
 - (E) permitir ou facilitar, dolosamente, a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
-
19. Conforme expressa previsão legal, NÃO se aplica a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), no tocante ao tratamento de dados pessoais
- (A) que tenha por objetivo a oferta ou o fornecimento de bens ou serviços no território nacional.
 - (B) realizado por pessoa natural, ainda que para fins econômicos.
 - (C) que tenham sido coletados no território nacional.
 - (D) realizado para fins, exclusivamente, jornalístico e artísticos.
 - (E) de indivíduos localizados no território nacional.
-
20. Em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), a atividade de tratamento de dados pessoais deverá observar o princípio
- (A) da aptidão da prova.
 - (B) do juiz natural.
 - (C) da adequação.
 - (D) da eventualidade.
 - (E) do duplo grau de jurisdição.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. Laio, ao receber a notícia de sua mulher, Jocasta, de que seria pai, foi consultar uma vidente para saber sobre o destino de seu futuro filho. Ao receber a informação de que a criança traria grande infelicidade para o casal, Laio, assim, que seu filho nasceu, veio a deixá-lo na porta de uma residência simples situada na periferia da cidade. Momentos depois, a criança foi resgatada pelo morador da referida residência com sua saúde e integridade física preservadas. Considerando a situação narrada, Laio, em tese, deve ser responsabilizado pelo crime de
- (A) exposição ou abandono de recém-nascido.
 - (B) tentativa de homicídio culposo.
 - (C) abandono de incapaz.
 - (D) perigo para a vida ou saúde de outrem.
 - (E) tentativa de infanticídio.
-
22. Olímpio, delegado de polícia, com o fim de proteger seu amigo Erasmo, por quem tinha grande afeto, deixou de atender à requisição do membro do Ministério Público no sentido de determinar a instauração de inquérito policial para apurar eventual prática de crime por parte de Erasmo. Diante da situação hipotética acima mencionada, de acordo com o ordenamento jurídico, Olímpio praticou, em tese, o crime de
- (A) corrupção passiva.
 - (B) resistência.
 - (C) desobediência.
 - (D) prevaricação.
 - (E) advocacia administrativa.
-
23. Abigail, servidora pública do Tribunal Regional do Trabalho, resolveu subtrair para si duas impressoras instaladas em seu local de trabalho, patrimônio do tribunal. Para tanto, convenceu seu namorado, Pablo, desempregado, a acompanhá-la na cena do crime. Após o término do expediente, valendo-se da facilidade que seu cargo lhe proporcionava, Abigail se identificou na portaria do tribunal informando que precisava buscar alguns pertences pessoais que havia esquecido na repartição onde trabalha, tendo o seu acesso sido autorizado pelos funcionários da segurança. Dando continuidade ao seu intento criminoso, Abigail, conhecedora das instalações do local e da estrutura do prédio, subtraiu as referidas impressoras e as entregou pela janela para Pablo que aguardava do lado de fora do prédio. Na sequência, ele colocou as impressoras no interior de seu veículo, evadindo-se do local. Abigail, logo em seguida, consegue sair do tribunal sem despertar qualquer suspeita. Ocorre, contudo, que o crime é descoberto, após a chegada de rotina das câmeras de segurança instaladas no local, ocasião em que a polícia foi acionada, vindo a deter os criminosos. Diante do caso hipotético acima descrito, e à luz do ordenamento jurídico nacional,
- (A) Abigail e Pablo praticaram o crime de peculato furto em concurso de agentes.
 - (B) Abigail e Pablo praticaram o crime de peculato mediante erro de outrem, em concurso de agentes.
 - (C) Abigail praticou o crime de apropriação indébita, enquanto Pablo praticou o crime de furto qualificado.
 - (D) Abigail praticou o crime de peculato furto e Pablo o crime de furto qualificado mediante fraude, haja vista que ele não era servidor público.
 - (E) Abigail e Pablo praticaram o crime de furto qualificado pelo abuso de confiança e em concurso de agentes.
-
24. Rebeca, jovem de 25 anos, triste com a notícia de que seria mandada embora de seu emprego, procura Êmerson, seu colega de trabalho, a fim de compartilhar com ele a sua angústia, sem saber que ele, há tempos, nutria por ela inveja e rancor, e que sempre desejou o seu posto de trabalho. Êmerson, então, enxergando naquela situação a oportunidade de se livrar da colega, decide instigá-la a matar-se. Logo em seguida, influenciada pelo conselho de Êmerson, decide pular da janela do edifício onde trabalhava a fim de dar cabo de sua vida. Contudo, sua queda é amortecida pela carroceria repleta de colchões de um caminhão estacionado na via pública. Do incidente, Maria sofre lesões corporais de natureza leve. Diante da situação hipotética acima descrita, e de acordo com o que estabelece o ordenamento jurídico, Êmerson
- (A) deverá ser responsabilizado pela prática do crime de tentativa de homicídio.
 - (B) deverá ser responsabilizado pela prática do crime consumado de lesão corporal de natureza leve.
 - (C) deverá ser responsabilizado pela prática do crime de induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio em sua forma tentada.
 - (D) deverá ser responsabilizado pela prática do crime de induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio em sua forma consumada.
 - (E) não terá qualquer responsabilidade penal, em razão de Rebeca não ter morrido e nem sofrido lesão corporal de natureza grave.
-
25. Júnior, jovem de 19 anos, decide subtrair a quantia de R\$ 2.000,00 de seu pai, Edgar, de 52 anos, aproveitando-se do fato de ele estar, naquela noite, distraído em outro cômodo da residência em que coabitam, assistindo a uma partida de futebol. Diante da situação hipotética acima descrita, e de acordo com o que estabelece o Código Penal, Júnior
- (A) praticou o crime de furto de coisa comum, por ser da mesma família que a vítima.
 - (B) por ser primário, e de pequeno valor a coisa furtada, poderá ter a sua pena substituída somente por multa.
 - (C) não será condenado pela prática de crime, pois é isento de pena, em razão da escusa absolutória.
 - (D) praticou o crime de furto qualificado por abuso de confiança.
 - (E) praticou o crime de furto com pena aumentada em razão de ter sido praticado durante o repouso noturno.



26. Um dignitário, por algum motivo de força maior, compareceu a um evento com apenas um agente de segurança. Nesse caso, o único agente de segurança deverá adotar a seguinte providência:
- (A) Em situações de risco, como manifestações hostis e grande aglomeração de pessoas, deverá postar-se a frente e à direita da autoridade, adotando a função conhecida como “mosca” e manter a atenção redobrada para todas as direções.
 - (B) Deverá permanecer no veículo caso haja a necessidade de retirada emergencial, por meio de itinerário previamente definido em plano de contingência.
 - (C) De forma geral, deverá posicionar-se atrás e à direita do dignitário, com atenção redobrada em todas as direções e adotar as posturas relativas à função conhecida como “mosca”.
 - (D) Apenas em situações de risco deverá postar-se atrás e à direita da autoridade, em uma função conhecida como “ala direita”, com atenção redobrada para a sua retaguarda, sendo que o dignitário se incumbirá de notar tudo o que acontece à sua frente.
 - (E) De forma geral deverá adotar a postura conhecida como “retaguarda” permanecendo atrás e à direita do dignitário e a atenção do agente deve estar voltada para a retaguarda e laterais, pois o que acontece à frente será alertado pelo dignitário, pois esse agente tem seu ângulo de visão comprometido.
-
27. João, no intervalo do almoço, comenta maliciosamente com José, seu colega de trabalho em uma empresa privada, que Jéssica, conhecida de ambos por trabalhar no mesmo local, recebe, toda noite, quando seu marido está trabalhando, a visita de um outro homem em sua casa. A notícia se espalha na empresa, chegando ao conhecimento de Jéssica, que descobre de quem partiu a origem da fofoca. Diante do caso hipotético em questão, e do que dispõe o Código Penal, João
- (A) não praticou nenhum crime, caso prove a veracidade do que alegou.
 - (B) praticou o crime de difamação contra Jéssica.
 - (C) praticou, com um só ato, os crimes de calúnia, injúria e difamação contra Jéssica.
 - (D) praticou o crime de calúnia contra Jéssica.
 - (E) praticou o crime de injúria contra Jéssica.
-
28. Aquele que se opõe à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio, comete, em tese, o crime de
- (A) resistência.
 - (B) exercício arbitrário das próprias razões.
 - (C) advocacia administrativa.
 - (D) desobediência.
 - (E) desacato.
-
29. De acordo com o que dispõe a Lei nº 9.099/1995,
- (A) o Juiz arquivará de plano e definitivamente a ação, caso o acusado não seja encontrado para ser citado.
 - (B) a prática de atos processuais em outras comarcas deverá ser solicitada exclusivamente por documento oficial escrito.
 - (C) consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 4 anos.
 - (D) a competência do Juizado será determinada pelo domicílio do autor da infração penal.
 - (E) os atos processuais serão públicos e poderão realizar-se em horário noturno e em qualquer dia da semana, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.
-
30. Porfírio encontrava-se em um ponto de ônibus aguardando a condução para retornar à sua residência, quando foi abordado por Flávio e Eduardo que, armados, anunciaram o assalto. No momento em que Flávio começa a subtrair os pertences de Porfírio, este reage, entrando em luta corporal com os criminosos, ocasião em que é alvejado por um disparo de arma de fogo disparado por Eduardo, morrendo no local. Flávio e Eduardo fogem na sequência sem nada subtraírem da vítima. Diante do caso hipotético acima mencionado, Flávio e Eduardo praticaram, em tese, o(s) crime(s) de
- (A) latrocínio.
 - (B) roubo tentado e homicídio consumado.
 - (C) homicídio consumado.
 - (D) roubo tentado e extorsão seguida de morte.
 - (E) roubo tentado e lesão corporal seguida de morte.
-
31. Marília viajava com a família em seu automóvel com destino ao litoral, ocasião em que foi parada por um policial rodoviário em uma *blitz*. Ao constatar que um dos faróis do veículo não estava funcionando, o policial exigiu de Marília certa quantia em dinheiro para que não a multasse. Diante da situação hipotética acima descrita, o policial praticou, em tese,
- (A) o crime de extorsão.
 - (B) o crime de corrupção ativa.
 - (C) mera infração administrativa.
 - (D) o crime de concussão.
 - (E) o crime de corrupção passiva.



32. O interessado em adquirir arma de fogo de uso permitido que comprove estar autorizado a portar arma de fogo de uso permitido, com as mesmas características daquela a ser adquirida, consoante a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, estará dispensado
- (A) da comprovação de capacidade técnica e de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, atestadas na forma do regulamento da lei.
 - (B) da comprovação de idoneidade com a apresentação de certidão negativa de que não está respondendo a inquérito policial ou processo criminal.
 - (C) da comprovação de idoneidade com a apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais, fornecidas pela Justiça Federal, Estadual e Eleitoral.
 - (D) da apresentação de documento comprobatório de ocupação lícita e de residência certa.
 - (E) de declarar a efetiva necessidade de aquisição.

33. Observe os círculos concêntricos abaixo.



A partir da estrela ao centro, que representa o dignitário, se dispõem no terreno as estruturas e equipes de segurança representadas:

	Círculo Menor	Círculo Intermediário	Círculo Maior
A	Equipe avançada	Equipe aproximada	Equipe ostensiva
B	Equipe aproximada	Equipe ostensiva	Equipe velada
C	Equipe velada	Equipe ostensiva	Equipe avançada
D	Equipe ostensiva	Equipe velada	Equipe aproximada
E	Equipe aproximada	Equipe velada	Equipe ostensiva

34. Ao analisar uma ocorrência em que uma pessoa adentrou em um ambiente protegido sem autorização e ali permaneceu por algumas horas, e após saiu sem ser notada, o agente de polícia judicial pôde constatar que essa pessoa:
- (A) Acabou por vandalizar equipamentos e subtrair certo numerário em dinheiro e saiu desse ambiente sem ser notado, houve perda no sentido de que ocorreu uma falha nos controles de acesso do ambiente, e ao mesmo tempo houve dano, pela subtração do numerário em dinheiro o que demonstra um prejuízo real.
 - (B) Em que pese ter entrado sem autorização, não subtraiu nenhum objeto, nem causou nenhum tipo de alteração no ambiente, houve dano no sentido de que ocorreu uma falha nos controles de acesso do ambiente, porém não houve perda alguma.
 - (C) Não causou nenhuma alteração no ambiente e tampouco qualquer prejuízo material e dessa forma, não ocorreu dano ou perda.
 - (D) Em que pese ter entrado sem autorização, não deixou nenhum sinal de sua passagem ali, principalmente no sentido de acarretar algum prejuízo, houve perda no sentido de que houve uma falha nos controles de acesso do ambiente, porém não houve dano algum.
 - (E) Acabou por subtrair objetos de valores, e ao sair do ambiente sem ser notado constatou-se dano no sentido de que ocorreu uma falha nos controles de acesso do local, porém não houve perda alguma, uma vez que não ocorreu nenhum tipo de ameaça à vida e à integridade física das pessoas.



35. Sobre a concepção da atividade de inteligência no Brasil, podemos afirmar que dentre suas atribuições está(ão) a
- (A) disseminação de conhecimento e a salvaguarda de informações contra o acesso de pessoas não autorizadas. A atividade de contrainteligência compõe o Sistema Brasileiro de Inteligência.
 - (B) obtenção e análise de informações e a salvaguarda de informações contra o acesso de pessoas não autorizadas. A atividade de contrainteligência é restrita a iniciativa privada.
 - (C) obtenção, análise e disseminação do conhecimento. A salvaguarda das informações contra o acesso de pessoas não autorizadas é realizada pela atividade de contrainteligência, segundo o Sistema Brasileiro de Inteligência.
 - (D) obtenção e análise do conhecimento. A salvaguarda das informações contra pessoas não autorizadas também é realizada pela atividade de inteligência. A atividade de contrainteligência é ilegal no Brasil.
 - (E) obtenção e análise do conhecimento, bem como a salvaguarda das informações. A disseminação do conhecimento não faz parte do sistema de inteligência, que pode contar, no Brasil, com a atividade de contrainteligência.
-
36. Ao implantar controle de acesso em um local, foi considerada a preocupação de que se registre o horário de entrada e saída dos funcionários, que portam cartões de identificação. Essa solicitação foi realizada pelo departamento de recursos humanos da empresa, a fim de auxiliar no controle de cumprimento de horário de trabalho, o departamento de segurança, nesse caso:
- (A) em que pese existir um mecanismo de controle de acesso chamado dupla custódia que atende a função solicitada, as informações captadas pelo departamento de segurança em hipótese alguma pode ser compartilhada com outros setores.
 - (B) apesar de existir um sistema chamado anti-dupla passagem, capaz de realizar a funcionalidade solicitada, não se trata de um controle de acesso, uma vez que por si só não impede a passagem das pessoas, apenas o registro, de uso exclusivo do departamento de recursos humanos. Para ser considerado um controle de acesso e ser operado pelo departamento de segurança, deve vir conjugado com alguma barreira física.
 - (C) tal solicitação pode ser analisada desde que não interfira nos controles de acesso que estão sendo implantados, considerando que a função solicitada, controlar entrada e saída de funcionários, nada tem a ver com controle de acesso.
 - (D) pode implantar a solicitação, pois uma função de mecanismo de controle de acesso chamada anti-dupla passagem pode exercer a função solicitada. Não há problema ao atender as exigências de segurança e ao mesmo tempo compartilhar as informações específicas com outro departamento.
 - (E) pode implantar o que foi solicitado, desde que não interfira com os interesses de segurança do local, pois existe uma função de mecanismo de controle de acesso chamada dupla custódia, que executa a função solicitada, cujas informações específicas podem ser compartilhadas com o departamento de recursos humanos.
-
37. O projeto de proteção de uma instituição tem a funcionalidade de captação de características físicas de pessoas, por meio de leitores de digital, e também é capaz de identificar determinados comportamentos dessas mesmas pessoas como regras para acionamento de alertas enviados para o departamento de segurança. Tal projeto pode ser elaborado por meio de
- (A) apenas um sistema de Circuito Fechado de Televisão (CFTV) conjugado com um controle de acesso por digital pode exercer ambas as funções.
 - (B) não existe um controle de acesso que realize as duas funcionalidades.
 - (C) controle de acesso biológico, que pode utilizar as características físicas das pessoas, porém, tal controle não identifica comportamento, portanto deve ser integrado com o acompanhamento do serviço de vigilância.
 - (D) sistema de acesso biométrico, que pode utilizar as características físicas das pessoas, porém tal controle não identifica a questão comportamental, portanto nesse caso, deverá se conjugar com um Circuito Fechado de Televisão (CFTV).
 - (E) controle de acesso por biometria que pode ter como funcionalidade a identificação de características físicas e comportamentais das pessoas.
-
38. O departamento de segurança de uma instituição recebeu relatórios da diretoria geral que expressam os riscos aos quais estão submetidas as diferentes instalações físicas, no tocante à possibilidade de incêndio e de compartimentos onde estão guardados objetos de valor que podem ser subtraídos. Sobre essa demanda, cabe ao referido departamento
- (A) desconsiderar o conteúdo dos relatórios e iniciar um processo próprio de análise e gerenciamento dos riscos apontados, que de forma geral determina afastar tais riscos por meio de medidas aceitáveis, iniciando uma análise e adoção de medidas efetivas, por exemplo. Com relação à possibilidade de incêndios, cabe ao departamento de segurança evitar o risco, uma vez que não possui aporte técnico para combate a incêndio. No caso dos compartimentos com objetos de valor, cabe adotar medidas do próprio departamento para reter o risco de subtração.
 - (B) considerar o conteúdo dos relatórios e iniciar um processo de gerenciamento de crises, que de forma geral determina manter os riscos fora de alcance por meio de medidas repressivas. Com relação à possibilidade de incêndios, o departamento de segurança nada tem a ver, porém, quanto aos compartimentos com objetos de valor, cabe adotar medidas do próprio departamento para extinguir o risco de subtração.
 - (C) considerar o conteúdo dos relatórios e iniciar um processo de gerenciamento dos riscos apontados, que de forma geral determina manter tais riscos dentro de níveis aceitáveis por meio de análise e adoção de medidas preventivas, por exemplo. Com relação à possibilidade de incêndios, cabe ao departamento de segurança transferir ou compartilhar o risco, de acordo com o aporte técnico para prevenção de incêndio. No caso dos compartimentos com objetos de valor, cabe adotar medidas do próprio departamento para reduzir o risco de subtração.
 - (D) desconsiderar o conteúdo dos relatórios, uma vez que tais informações devem ser produzidas pelo próprio departamento e mantidas em absoluto sigilo.
 - (E) considerar o conteúdo dos relatórios e iniciar um processo de eliminação dos riscos apontados, que de forma geral determina extinguir tais riscos, que não podem existir, sob pena de graves prejuízos ao patrimônio e integridade física das pessoas. Com relação à possibilidade de incêndios, cabe ao departamento de segurança transferir ou compartilhar o risco, de acordo com o aporte técnico para combate de incêndio. No caso dos compartimentos com objetos de valor, cabe adotar medidas do próprio departamento para evitar o risco de subtração.



39. Ao deslocar-se por uma via pública sob chuva, você se depara com um veículo acidentado na via, com uma vítima em seu interior. A fim de evitar novos acidentes e preservar a segurança da vítima, a sua própria, e a dos demais condutores, você deve dar início à sinalização do local. Sabendo-se que a velocidade máxima permitida na via é de 60 km/h e que um metro corresponde aproximadamente à distância de um passo largo de um indivíduo adulto, a fim de propiciar aos demais condutores tempo suficiente para reagir e o espaço necessário para o veículo parar após iniciar a frenagem nessas condições, a sinalização deverá ser iniciada, em relação ao acidente, à distância de
- (A) 100 passos largos.
 - (B) 120 passos largos.
 - (C) 160 passos largos.
 - (D) 60 passos largos.
 - (E) 80 passos largos.

40. Considere:

- I. Garantia de que as normas e demais mecanismos regulatórios estão sendo cumpridos ao processar as informações.
- II. Processo formal de identificação de identidade para acesso a informações.
- III. Garantia de que os interessados terão acesso a uma informação quando necessitarem.
- IV. Informação preservada como foi disponibilizada pelo seu autor, sem alterações indevidas.
- V. Garantia de origem de uma informação.

São conceitos básicos e aspectos da segurança da informação, respectivamente:

- (A) Conformidade – Autenticação – Disponibilidade – Integridade – Autenticidade
- (B) Impessoalidade – Integridade – Originalidade – Conformidade – Oralidade
- (C) Integridade – Legalidade – Confidencialidade – Autenticação – Originalidade
- (D) Integridade – Autenticidade – Confidencialidade – Autenticação – Integridade
- (E) Legalidade – Autenticação – Integralidade – Conformidade – Autenticidade

41. Ao analisar uma situação crítica advinda de um tumulto ocorrido durante uma audiência no TRT-5ª Região, o agente de polícia judiciária antes de tomar as iniciativas referentes a sua atribuição adota critérios de ação, ao realizar três perguntas:

- I. Determinada medida precisa ser adotada?
- II. Compensa ser exposto às consequências de determinada ação?
- III. Cada uma das medidas tem respaldo moral, legal ou ético?

A cada uma das perguntas, a adoção de critério de ação de gestão de conflitos corresponde a:

	I	II	III
A	Aceitabilidade	Necessidade do Risco	Validade
B	Necessidade	Validade do Risco	Aceitabilidade
C	Validade do Risco	Previsão do Risco	Moralidade
D	Aceitabilidade	Necessidade do Risco	Moralidade
E	Precisão do risco	Aceitabilidade	Pertinência

42. A respeito das ações adotadas pelo planejamento de contingências, a recuperação plena da normalidade só ocorrerá quando concretizada a I. O processo se inicia com a II, que é a reação imediata, que deve ser adotada imediatamente e a partir dela, todas as demais ações serão adotadas. A seguir, por meio da III se restabelecem as funções mais críticas para evitar novos danos e após se restabelecem as funções menos críticas por meio da IV.

Completa correta e respectivamente, as lacunas I, II, III e IV o que se encontra em

- (A) Resposta – Restauração – Reassunção – Restrição
- (B) Restauração – Resposta – Reafirmação – Resolução
- (C) Recuperação – Resposta – Recuperação – Restauração
- (D) Resposta – Reassunção – Recuperação – Restauração
- (E) Restauração – Resposta – Reassunção – Recuperação

43. A contenção evita que a crise se I. O isolamento do ponto crítico evita que o ambiente exterior influa na crise e ambas as fases ocorrem II. Após são estabelecidos os perímetros a partir do III, onde permanecem o causador, reféns IV.

Completa correta e respectivamente, as lacunas I, II, III e IV sobre os critérios de ação e estabelecimento de perímetros táticos de gestão de conflitos:

- (A) alastre – em momentos distintos – ponto crítico – imprensa e gerente da crise
- (B) encerre – simultaneamente – ponto de comando – equipes táticas e gerente da crise.
- (C) alastre – simultaneamente – ponto crítico – equipes táticas e negociadores
- (D) encerre – simultaneamente – posto de comando – equipes táticas e negociadores
- (E) propague – em momentos distintos – ponto crítico – mais ninguém



44. Clarúcia possui três filhos: Romeu, que possui 6 anos de idade e altura de 1,10 m, Julieta, que apresenta 9 anos de idade e 1,30 m e Teobaldo, com 8 anos de idade e 1,55 m. Diariamente, Clarúcia leva-os, sozinha, para a escola, em seu carro particular que possui bancos dianteiro e traseiro, e capacidade para 5 passageiros. Com relação ao transporte de crianças, é correto afirmar que
- (A) Teobaldo pode ser transportado no banco dianteiro em dispositivo de retenção posicionado em sentido contrário ao da marcha do veículo.
 - (B) Romeu pode ser transportado no banco dianteiro em dispositivo de retenção posicionado em sentido contrário ao da marcha do veículo.
 - (C) Romeu pode ser transportado no banco dianteiro, utilizando cinto de segurança de dois pontos com o dispositivo denominado "assento de elevação".
 - (D) Julieta pode ser transportada no banco dianteiro do veículo, com o uso do dispositivo de retenção adequado ao seu peso e altura.
 - (E) Teobaldo pode ser transportado no banco dianteiro do veículo, com o uso do dispositivo de retenção adequado ao seu peso e altura.
-
45. Ao deparar-se com um acidente de trânsito na via pública e constatar um motociclista caído no chão, você prontamente inicia os procedimentos de primeiros socorros. A sequência correta de providências a serem adotadas encontra-se em:
- (A) Proceder à avaliação rápida da vítima; verificar se há algum sangramento visível e, caso haja, aplicar um torniquete para estancá-lo; realizar o acionamento do serviço de emergência local.
 - (B) Proceder à avaliação rápida da vítima; oferecer água mantendo a vítima hidratada até a chegada dos socorristas profissionais; realizar o acionamento do serviço de emergência local.
 - (C) Proceder à avaliação rápida da vítima; movimentar a vítima para colocá-la em uma posição confortável até a chegada dos socorristas profissionais; realizar o acionamento do serviço de emergência local.
 - (D) Proceder à avaliação rápida da vítima; aliviar as condições que ameaçam a vida ou possam agravar o quadro da vítima; realizar o acionamento do serviço de emergência local.
 - (E) Proceder à avaliação rápida da vítima; remover com cautela o capacete da vítima para verificar se há ferimentos na região da cabeça; realizar o acionamento do serviço de emergência local.
-
46. De acordo com o estabelecido na NR-23, as saídas de emergência
- (A) não podem permanecer fechadas à chave ou presas durante a jornada de trabalho.
 - (B) não são obrigatórias em edificações térreas, sem acesso ao público externo onde trabalhem menos de 10 pessoas.
 - (C) devem possuir extintores de incêndio ou hidrantes instalados em suas escadas e vias de passagem.
 - (D) devem possuir largura mínima de 1,5 m.
 - (E) devem conduzir as pessoas para o ambiente externo ou para a cobertura da edificação, quando esta possuir mais de 30 m de altura.
-
47. José Leôncio, no período de 12 meses, não se comportou como bom condutor e cometeu 9 infrações de trânsito, sendo duas infrações leves, três médias e quatro graves. Quanto à penalidade de suspensão do direito de dirigir, é correto afirmar que para José Leôncio:
- (A) será imposta a penalidade de suspensão do direito de dirigir pelo fato de ter ultrapassado a contagem de 40 pontos e por constar 2 ou mais infrações graves na pontuação.
 - (B) não será imposta a penalidade de suspensão do direito de dirigir.
 - (C) será imposta a penalidade de suspensão do direito de dirigir pelo fato de ter ultrapassado a contagem de 30 pontos e por constar 3 infrações graves na pontuação.
 - (D) será imposta a penalidade de suspensão do direito de dirigir pelo fato de ter ultrapassado a contagem de 20 pontos e por constar 2 ou mais infrações graves na pontuação.
 - (E) será imposta a penalidade de suspensão do direito de dirigir pelo fato de ter ultrapassado a contagem de 20 pontos.
-
48. João e Maria possuem, respectivamente, 65 e 49 anos de idade e completarão 25 anos de um feliz e próspero casamento. Estão programando uma viagem de carro para celebrar suas bodas de prata, contudo, suas Carteiras Nacionais de Habilitação (CNH) estão vencidas. Após renovarem os exames de aptidão física e mental para a renovação da CNH, é correto afirmar que a próxima renovação exigida na forma prevista Código de Trânsito Brasileiro (CTB) dar-se-á quando João e Maria tiverem, respectivamente, as idades de
- (A) 68 e 59 anos.
 - (B) 70 e 59 anos.
 - (C) 70 e 54 anos.
 - (D) 75 e 59 anos.
 - (E) 68 e 54 anos.



49. José reside atualmente em Salvador e obteve o certificado de Arma de Fogo quando morava no Distrito Federal. Pretende manter sua arma de fogo no interior de restaurante, do qual é titular e responsável legal. Consoante a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, o certificado de registro de arma de fogo tem validade
- (A) em todo o Território nacional e autoriza o proprietário a mantê-la exclusivamente no interior de sua residência e no seu local de trabalho, desde que seja ele o titular ou o responsável legal pelo estabelecimento ou empresa.
 - (B) regional e autoriza o proprietário a manter a arma de fogo exclusivamente no interior de sua residência e no seu local de trabalho, desde que seja ele o titular ou o responsável legal pelo estabelecimento ou empresa, somente no Estado em que o obteve.
 - (C) em todo o Território nacional e autoriza o proprietário a mantê-la somente no interior de sua residência.
 - (D) em todo o Território nacional e autoriza o proprietário a mantê-la no interior de sua residência e no seu local de trabalho, independentemente de ser ele o titular ou o responsável legal pelo estabelecimento ou empresa.
 - (E) em todo o Território nacional e autoriza o proprietário somente a transportar a arma de fogo nos deslocamentos de sua residência, ao seu local de trabalho, desde que ele seja o titular ou o responsável legal pelo estabelecimento ou empresa.
-
50. O exame toxicológico busca aferir o consumo de substâncias psicoativas que, comprovadamente, comprometem a capacidade de direção. É correto afirmar que os condutores que deverão comprovar resultado negativo em exame toxicológico para a obtenção e a renovação da Carteira Nacional de Habilitação pertencem às categorias:
- (A) C, D e E.
 - (B) A, B e E.
 - (C) A, B e C.
 - (D) B, C e D.
 - (E) A, D e E.
-
51. Infraçonildo é proprietário de uma motocicleta e possui quatro filhos, Tibúrcia, Mariberta, Humberto e Zé Roberto que possuem, respectivamente, 7, 8, 9 e 12 anos de idade. Na hipótese de Infraçonildo conduzir sua motocicleta, é correto afirmar que lhe
- (A) será permitido o transporte de Tibúrcia, Mariberta, Humberto e Zé Roberto.
 - (B) não é permitido o transporte de crianças em motocicletas, motonetas ou ciclomotor.
 - (C) será permitido o transporte de Zé Roberto.
 - (D) será permitido o transporte de Mariberta, Humberto e Zé Roberto.
 - (E) será permitido o transporte de Humberto e Zé Roberto.
-
52. Observe o quadro abaixo, em que estão relacionadas as infrações de trânsito cometidas por Capitu no período de 25/04/2021 a 10/11/2022.

Infração	A	B	C	D	E
Data de cometimento da infração de trânsito	25/04/2021	26/04/2021	27/10/2021	28/10/2021	10/11/2022
Natureza da infração	grave	média	leve	leve	média
Penalidade	Multa	Multa	Multa	Multa	Multa

Após analisar o quadro, é correto afirmar que a penalidade de advertência por escrito deverá ser imposta a Capitu na(s)

- (A) Infrações C e D.
- (B) Infração B.
- (C) Infrações D e E.
- (D) Infração E.
- (E) Infração C.



53. Para acesso ao TRT-5, na forma da Lei nº 5.553, de 6 de dezembro de 1968, que dispõe sobre a apresentação e uso de documentos de identificação pessoal, é exigida a apresentação de documento de identificação. Nesse caso, de acordo com a norma, o procedimento correto a ser adotado pelo atendente é
- (A) a retenção do documento por até 10 dias, para conferência nos sistemas internos do TRT e após devolução ao interessado, via correio.
 - (B) a retenção do documento de identificação que será entregue ao superior para confirmação os dados junto aos órgãos policiais.
 - (C) a anotação dos dados do documento de identificação no ato e a devolução imediata ao interessado.
 - (D) a retenção do documento para digitalização, sendo que a devolução do documento ao interessado, ocorrerá na saída do órgão.
 - (E) a anotação dos dados do documento de identificação, sendo que para a entrega do cartão de acesso o procedimento é reter o documento, que será devolvido apenas com a devolução do cartão de acesso ao TRT.

54. A Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003 (Estatuto da pessoa Idosa) prevê que a pessoa idosa tem direito aos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana. Na admissão de pessoa idosa em qualquer trabalho ou emprego, são vedadas a discriminação e a fixação de limite máximo de idade, inclusive para concursos, ressalvados os casos em que a natureza do cargo o exigir.

Josué, de 66 anos, concorre a um cargo de Auxiliar Administrativo de uma Autarquia Estadual, no qual há a destinação de 5 vagas, sendo que ele obteve o empate na nota geral em 5º lugar com outro candidato, Ciro, de 34 anos. O Concurso consiste em Prova Objetiva de Conhecimentos Gerais, Redação e Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos. Nesta hipótese, considerando-se as normas vigentes no Estatuto do Idoso e o caso concreto, de acordo com o Estatuto da pessoa idosa o primeiro critério de desempate será a

- (A) idade, dando-se preferência ao candidato de idade menos elevada.
- (B) maior nota na prova objetiva de conhecimentos específicos.
- (C) maior nota na prova objetiva de conhecimentos gerais.
- (D) maior nota na redação.
- (E) idade, dando-se preferência ao candidato de idade mais elevada.

55. O novo prédio do TRT-5 foi projetado dentro das normas de acessibilidade para as pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Acerca dos conceitos de acessibilidade, na forma prevista na Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000, normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, considere as seguintes proposições:

- I. A construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo poderão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.
- II. Pelo menos um dos itinerários que comuniquem horizontal e verticalmente todas as dependências e serviços do edifício, entre si e com o exterior, deverá cumprir os requisitos de acessibilidade da Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000.
- III. os edifícios deverão dispor, pelo menos, de um banheiro acessível, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.
- IV. nas áreas externas ou internas da edificação, destinadas a garagem e a estacionamento de uso público, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção permanente.

Estão corretas APENAS as afirmativas

- (A) III e IV.
- (B) II e III.
- (C) II e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) I e IV.

56. A Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Está previsto, como efeito da condenação na prática dos crimes daquela Lei a perda do cargo ou função pública, sendo que os efeitos da perda do cargo ou função pública

- (A) não são automáticos, tampouco necessita que seja caracterizada a condenação por dolo ou culpa, sendo desnecessário serem declarados na sentença.
- (B) são automáticos, basta ter sido caracterizada a condenação por dolo ou culpa, sem a necessidade de serem declarados na sentença.
- (C) são automáticos, ainda que não motivadamente declarados na sentença.
- (D) não são automáticos, devendo ser motivadamente declarados na sentença.
- (E) são automáticos, basta ter sido caracterizada a condenação por dolo ou culpa, independentemente de constarem na sentença.



57. De acordo com a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 as armas de uso restrito serão, na forma do regulamento desta Lei, registradas no(a)
- (A) Polícia Civil.
- (B) Comando do Exército.
- (C) Guarda Civil Municipal.
- (D) Polícia Federal.
- (E) Polícia Militar.
-
58. Mirtes, de 25 anos, compareceu ao INSS de Salvador, Bahia, acompanhada de Josenilda, de 66 anos. Ambas necessitavam de atendimento pessoal naquele órgão de Previdência. De acordo com a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que versa sobre a prioridade de atendimento, é correto afirmar, sobre o atendimento de ambas, que
- (A) Mirtes terá assegurado, o seu atendimento na forma junta e acessória com Josenilda, ou seja, na prioridade de pessoas idosas com idade igual ou superior a 60 anos.
- (B) Josenilda e Mirtes não terão o atendimento prioritário, já que o INSS possui grande afluxo de idosos e não se aplicam o acesso junto e acessório a titular de prioridade.
- (C) Josenilda terá o atendimento prioritário, já que tem mais de 60 anos e Mirtes será atendida sem prioridade, pois, na qualidade de acompanhante, só faria jus a atendimento prioritário, na forma da lei, caso estivesse acompanhada de pessoa com criança de colo, lactante ou pessoa obesa.
- (D) o atendimento de Josenilda será na prioridade de pessoas idosas com idade igual ou superior a 60 anos, sendo que o atendimento de Mirtes será sem qualquer prioridade, tendo em vista o caráter personalíssimo da norma.
- (E) Josenilda terá o atendimento prioritário, já que tem mais de 60 anos, já Mirtes será atendida sem qualquer prioridade, já que pela norma só teria atendimento na mesma prioridade da titular, caso estivesse na qualidade de atendente pessoal, devidamente comprovada por carteira profissional ou outro instrumento contratual, e não na qualidade de acompanhante.
-
59. Nas cerimônias de caráter federal, em igualdade de Categoria, a precedência, da maior para a menor, será na seguinte ordem:

	1º	2º	3º
A	As autoridades e os funcionários da União	As autoridades e os funcionários estaduais e municipais	Os estrangeiros
B	Os estrangeiros	As autoridades e os funcionários estaduais e municipais	As autoridades e os funcionários da União
C	As autoridades e os funcionários estaduais e municipais	As autoridades e os funcionários da União	Os estrangeiros
D	As autoridades e os funcionários da União	Os estrangeiros	As autoridades e os funcionários estaduais e municipais
E	Os estrangeiros	As autoridades e os funcionários da União	As autoridades e os funcionários estaduais e municipais

60. Presidente do TRT-5 compareceu à cerimônia de anúncio de programa de cursos profissionalizantes a jovens aprendizes na sede da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social da Bahia, em Salvador. Sabendo-se que se trata de cerimônia oficial, de caráter estadual, no Estado da Bahia, e que estão presentes ao evento, entre outras autoridades de menor precedência, o Governador do Estado da Bahia, o Secretário de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, o Reitor da Universidade Federal da Bahia e o Prefeito de Salvador, de acordo com o Decreto nº 70.274, de 9 de março de 1972, a ordem de precedência das autoridades neste evento, da maior para a menor precedência é o
- (A) Governador do Estado da Bahia, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho e o Secretário de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, o Reitor da Universidade Federal da Bahia e o Prefeito de Salvador.
- (B) Governador do Estado da Bahia, o Prefeito de Salvador, o Secretário de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, o Reitor da Universidade Federal da Bahia e o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho.
- (C) Governador do Estado da Bahia, o Prefeito de Salvador, o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, Reitor da Universidade Federal da Bahia e o Secretário de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social.
- (D) Governador do Estado da Bahia, o Reitor da Universidade Federal da Bahia, o Prefeito de Salvador, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, e o Secretário de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social.
- (E) Governador do Estado da Bahia, o Reitor da Universidade Federal da Bahia, o Prefeito de Salvador, o Secretário de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social e o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho.



Prova Discursiva-Redação

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado [...] Capítulo 10. [...] 10.3 Na Prova Discursiva-Redação, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo-argumentativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral não atrelado necessariamente ao Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos referido no presente Edital. 10.3.1 A Prova Discursiva-Redação tem o objetivo de avaliar a proficiência em Língua Portuguesa em sua modalidade escrita, considerando a capacidade de compreender e expor argumentos com clareza, concisão, precisão, coerência e objetividade a respeito do tema, com base nos textos de apoio propostos, avaliando inclusive a correção gramatical, segundo os critérios definidos nos itens 10.3 a 10.8 deste Capítulo. 10.4 Considerando que o texto constitui uma unidade, os itens discriminados a seguir serão avaliados em estreita correlação, do que não decorre proporcionalidade na atribuição dos pontos para cada um deles: 10.4.1 **Conteúdo – até 40 (quarenta) pontos:** a) perspectiva adotada no tratamento do tema; b) capacidade de análise e senso crítico em relação ao tema proposto; c) consistência dos argumentos, clareza e coerência no seu encadeamento. 10.4.2 **Estrutura – até 30 (trinta) pontos:** a) respeito ao gênero solicitado; b) progressão textual e encadeamento de ideias; c) articulação de frases e parágrafos (coesão textual). 10.4.2.1 A nota será prejudicada, proporcionalmente, caso ocorra, no Conteúdo, abordagem tangencial, parcial ou diluída em meio a divagações e/ou colagem de textos e de questões apresentados na prova. 10.4.3 **Expressão – até 30 (trinta) pontos:** a) desempenho linguístico de acordo com o nível de conhecimento exigido para o Cargo; b) adequação do nível de linguagem adotado à produção proposta e coerência no uso; c) domínio da norma culta formal, com atenção aos seguintes itens: estrutura sintática de orações e períodos, elementos coesivos; concordância verbal e nominal; pontuação; regência verbal e nominal; emprego de pronomes; flexão verbal e nominal; uso de tempos e modos verbais; grafia e acentuação. 10.4.3.1 A avaliação da expressão não será feita de modo estanque ou mecânico, mas sim de acordo com sua estreita correlação com os demais critérios. 10.5 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na Prova Discursiva-Redação a que se refere este Capítulo, deverão os candidatos valer-se das normas ortográficas em vigor, implementadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, e alterado pelo Decreto Federal nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 10.6 Será atribuída nota **ZERO** à Prova Discursiva-Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) estiver em branco; f) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; g) não atender aos requisitos definidos na grade correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 10.7 Na Prova Discursiva-Redação, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 10.8 Na Prova Discursiva-Redação deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 10.9 A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 60 (sessenta) pontos.

I

As cidades são as protagonistas do processo de desenvolvimento global, mas ao mesmo tempo geraram uma série de externalidades negativas ao meio ambiente e a escassez ecológica. [...] No mundo existem vários exemplos de cidades que se expandiram rapidamente sem nenhum tipo de planejamento, resultando em um caótico processo de desenvolvimento urbano, prejudicando o meio ambiente.

(CONTI, D.M & VIEIRA, V.L.R. "Governos locais e sociedade civil: a nova democracia urbana para o desenvolvimento de cidades sustentáveis". In. CONTI, D.M & VIEIRA, V.L.R (Orgs.) **O futuro das cidades**. São Paulo: CD.G Casa de Soluções e Editora, 2020, p. 24)

II

Vida não é um privilégio humano, mas é uma dádiva abundante para todos os seres que coexistem junto às pessoas. Por esse motivo, toda expressão comunitária, que estimula novas responsabilidades, modifica a relação de dominação entre os seres humanos e a Natureza, descoloniza saberes e amplia variadas e diferentes cosmovisões, a fim de tornar o Desenvolvimento Sustentável um projeto em permanente inquietação e metamorfose, que, por sua vez, deve ser assegurado por instrumentos que preservem condições de exercício e reivindicação desses cenários.

(AQUINO, S.R.F. **(Contra o) eclipse da esperança: escritos sobre a(s) assimetria(s) entre direito e sustentabilidade**. Itajaí: Univali, 2017, p. 46)

Com base em I e II, elabore um texto **dissertativo-argumentativo** acerca do seguinte tema:

O desenvolvimento sustentável em face das mudanças climáticas



Prova Discursiva-Redação

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

R A S C U N H O

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO